

TRABALHO, TEMPO LIVRE E CONSUMO SOB O MANTO DA RACIONALIDADE DO CAPITAL

Valquíria Padilha¹

RESUMO

Neste ensaio, analiso a teia que se forma, no capitalismo, entre trabalho, tempo livre e consumo. Reforço a tese de que não é possível haver um tempo verdadeiramente livre sob a lógica do capital, pois o consumo de bens e serviços prevalece dominante no tempo disponível. Quando a organização do trabalho rouba a autonomia e a liberdade dos trabalhadores, o tempo de não trabalho não pode ter o êxito de fruição que se projeta nele. O tempo *verdadeiramente* livre seria aquele que se organiza e se concretiza em prol da emancipação humana. Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita seu livre desenvolvimento sem que eles tenham que sacrificar a própria vida em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Somente haverá um tempo *verdadeiramente* livre quando o tempo de trabalho não for mais heterônomo e não mais estiver a serviço dos interesses de lucratividade do capital.

Palavras-chave: Trabalho. Tempo livre. Consumo. Capitalismo. Emancipação humana.

Que bom seria poder depositar a alma, à entrada, no cartão de ponto, e retomá-la intacta à saída! Mas é o contrário que se dá.

Ela vai com a gente para a fábrica, onde sofre; de noite este esgotamento como que a anulou, e as horas de lazer são inúteis.

A história da filósofa francesa Simone Weil, que assina essa epígrafe, é incrível. No começo do século XX, deixou as salas de aula e os cursos de filosofia que ministrava a trabalhadores para experienciar o trabalho como operária numa fábrica de automóveis e viver, na pele e na alma, a opressão que ela só conhecia por meio de seus livros marxistas. Morreu aos 34 anos, doente e exausta. Deixou diários preciosos relatando esse mergulho na vida de opressão de quem labora sob o padrão de produção taylorista-fordista. Numa

¹ Socióloga. Professora doutora no departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto (FEARP), Universidade de São Paulo (USP), com pós-doutorado pela Téluq/UQAM (Montreal, Canadá). Possui doutorado em Ciências Sociais, mestrado em Sociologia e especialização em Lazer, todos pela Unicamp, e graduação em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUCCamp). Autora de *Shopping center: a catedral das mercadorias* (Boitempo, 2006) e de *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito* (Alínea, 2000). Organizadora de *Dialética do lazer* (Cortez, 2006) e *Antimanual de gestão: desconstruindo os discursos do management* (Ideias & Letras, 2015). E-mail: valpadilha@usp.br.

passagem sobre a racionalidade taylorista, Weil afirmou: “A classe operária sofre por estar sujeita à vontade arbitrária dos quadros dirigentes da sociedade, que *lhe impõem, fora da fábrica, seu padrão de existência* e, dentro das fábricas, suas condições de trabalho”. (WEIL, 1996, p. 138, grifo meu). Mais adiante, reafirma que a exploração da classe operária pode ir além dos muros da fábrica, “ocupando as vinte e quatro horas do dia” (ibidem).

Aqui interessa pensar como ela nos possibilita juntar trabalho e tempo livre sob o manto da racionalidade do capital. Por isso começo este texto resgatando suas reflexões para reafirmar a tese que defendi há vinte anos (PADILHA, 2000) de que a lógica que oprime no tempo de trabalho não deixa de atuar e oprimir quando se está no tempo de não trabalho. O corpo-mente esgotado no trabalho não consegue se recuperar plenamente nos momentos fora da fábrica, chamados de “tempo livre”. Livre de quê? O que há no tempo de trabalho de que a pessoa se libertaria no tempo de não trabalho? É possível afirmar que o tempo livre pode existir independente da forma pela qual se realiza o trabalho? Reafirmamos que não. Karl Marx, Simone Weil, Theodor Adorno e Istvan Mészáros são algumas das referências teóricas que uso para construir a tese de que tempo de trabalho e tempo livre estão profundamente ligados no capitalismo, de forma que somente com a superação da alienação no trabalho pode-se garantir a verdadeira liberdade no tempo livre. Meu foco, neste ensaio, é a emancipação humana, único caminho que permitiria viver tempos *verdadeiramente* livres, ou seja, tempos vividos com e para a coletividade, para além dos mecanismos de valorização e acumulação do capital, tempos de *liberdade*².

Lembro que entendo emancipação como sendo

o processo de libertação dos homens em relação ao seu estado de sujeição ao sistema e aos imperativos econômicos oriundos do modo de produção. Uma sociedade cujos membros são emancipados é uma sociedade que possibilita o livre desenvolvimento dos mesmos sem que eles tenham que sacrificar as próprias vidas em função de interesses que não são diretamente as necessidades humanas, coletivas e sociais. Na verdade, homens emancipados são aqueles capazes de identificar os seus próprios interesses e alcançá-los, articulando atividades individuais com necessidades sociais. Uma sociedade emancipada, pode-se dizer, é uma sociedade tornada efetivamente humana e social. (PADILHA, 2000, pp. 16-17)

Marx fala da “emancipação completa de todas as qualidades e sentidos humanos” e do humano como o “lugar que o sensível ocupa”, como a arte, por exemplo. A “humanização dos sentidos é um processo intrinsecamente social” (MÉSZÁROS, 2016, pp. 183-184).

² No marxismo, a liberdade é “a realização do propósito do próprio ser humano: *a autorrealização no exercício autodeterminado e exteriormente desimpedido das capacidades humanas*. Como autodeterminação, o fundamento desse livre exercício das capacidades do ser humano não é um ‘imperativo categórico’ abstrato que permanece *exterior* ao ser humano real, mas uma necessidade positiva realmente existente de trabalho *humano* autorrealizador”. (MÉSZÁROS, 2016, p. 170, grifos do autor.)

A racionalidade neoliberal só retarda esse projeto, na medida em que é “um conjunto de dispositivos de controle da população e de orientação das condutas” com a finalidade de expandir a “racionalidade do mercado para toda a existência por meio da generalização da forma-empresa” (DARDOT; LAVAL, 2016, pp. 26-27).

Dentro das fábricas, o capital impõe suas condições duras de trabalho; fora da fábrica, impõe “seu padrão de existência”. Weil (1996) se referia à fábrica e aos operários porque eram o *locus* e os sujeitos que analisava mais de perto. Mas, obviamente, não devemos pensar apenas no espaço fabril e nos operários, se quisermos questionar, de forma ampla, o alcance do capital dentro e fora do trabalho. Podemos falar de organizações, no geral, e de diferentes tipos de trabalhadores (assalariados e autônomos, subalternos e chefes, trabalhadores braçais e intelectuais, urbanos e rurais). A coisificação do mundo do trabalho atravessa os muros (reais ou virtuais) das organizações e reifica o tempo de descanso, de lazer, de estudo ou de consumo. “No mundo da fragmentação capitalista”, “necessidade e fruição” adquirem uma nova “natureza egoísta” (MÉSZÁROS, 2016, p. 185). Pessoas são transformadas em coisas; trabalham como meros recursos das empresas ou clientes e são levadas pelo sistema ao desejo de comprar, alimentando a ilusão de que na esfera do consumo serão livres. A cadência acelerada no trabalho “impede o livre curso da reflexão e até do devaneio” (WEIL, 1996, p. 79); enquanto, fora do trabalho, as seduções da sociedade de consumo preenchem a mente e a alma com mercadorias, marcas, valores e pílulas de felicidade que tampouco permitem a existência dos “vazios” necessários para a fruição do pensar. “A sociedade capitalista empobreceu as relações sociais e nos afastou das possibilidades de emancipação humana quando nos reduziu a *vendedores precários de força de trabalho* para podermos atuar como *consumidores manipulados* de bens, lazeres e serviços prontos” (PADILHA, 2018, p. 15). Soma-se a isso que a racionalidade neoliberal, nos termos de Dardot e Laval (2016), transforma a sociedade, remodela a subjetividade e prescreve como devemos nos comportar e nos relacionar com os outros.

Dufour (2005, p. 25) elenca os sintomas do neoliberalismo dos tempos atuais:

(...) o desenvolvimento do individualismo, a diminuição do papel do Estado, a supremacia progressiva da mercadoria em relação a qualquer outra consideração, o reinado do dinheiro, a sucessiva transformação da cultura, a massificação dos modos de vida combinando com a individualização e a exibição das aparências, o achatamento da história na imediatez dos acontecimentos e na instantaneidade informacional, o importante lugar ocupado pelas tecnologias muito poderosas e com frequência incontroladas, a ampliação da duração de vida e a demanda insaciável de plena saúde perpétua, a desinstitucionalização da família, as interrogações múltiplas sobre a identidade sexual, as interrogações sobre a identidade humana, (...) a evitação do conflito e a desafetação progressiva em relação ao político, a transformação do direito em um juridismo procedimental, a publicização do espaço privado (...), a privatização do domínio público (...)

Em que consiste o “padrão de existência” do capital, do qual falou Weil? Atualizando o conceito, é possível pensar que a forma mais bem-acabada da subjetivação capitalista é o neoliberalismo, ou seja, que a racionalidade neoliberal se transformou no “padrão de existência” do capital em todas as esferas da vida. Trata-se da “subjetivação contábil e financeira” que produz “uma relação do sujeito individual com ele mesmo (...) homóloga à relação do capital com ele mesmo ou, mais precisamente, uma relação do sujeito com ele mesmo como um ‘capital humano’ que deve crescer indefinidamente, isto é, um valor que deve valorizar-se cada vez mais” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 31).

Importante frisar que o lugar de onde penso está embrenhado no marxismo, de forma não ortodoxa. Exercito o pensamento que não se contenta com a aparência dos fenômenos, buscando “acariciar a história a contrape-lo”, como sugeriu Benjamin (1994). A sociologia crítica/marxista não toma o consenso como certo ou como finalidade, mas, pelo contrário, considera os conflitos como inerentes à vida social e busca analisar os fenômenos dialeticamente, ponderando as contradições da continuidade e descontinuidade. Do marxismo aprendo a conhecer o capitalismo por dentro, seus alcances e limites, de forma a não o considerar natural e eterno, sabendo que a crítica precisa carregar consigo a força do movimento e não do imobilismo. Eis um enorme desafio.

OS ALCANCES DO CAPITAL NO TRABALHO

Não é possível ser explorado/alienado no tempo de trabalho e, ao mesmo tempo, ser livre/emancipado no tempo de não trabalho, pois ambos os tempos fazem parte de uma mesma teia de *estranhamento* regida pela lógica do capital (PADILHA, 2000; 2018; MÉSZÁROS, 2016)³. Quando o trabalho não é um fim em si mesmo (pois realiza necessidades exteriores, como as do capital) e o trabalhador é mera mercadoria, seu tempo fora do trabalho só pode ser também um tempo para o lazer-mercadoria. O capitalismo transforma os homens em “mercadoria humana”: no trabalho, são “produtores de mercadorias”, fora dele, buscam autoafirmação como “consumidores de mercadorias” (MÉSZÁROS, 2016, p. 168). Se o trabalho não é livre, por que o tempo fora dele seria? Por mais que eu reconheça que o tempo livre tenha a sua importância compensatória como descanso e recuperação de energia, é preciso ir

³ Estranhamento e alienação são duas faces da mesma moeda, para Marx. Infelizmente, não há espaço para explicar *comme il faut* esses conceitos importantes e complicados. O conceito de alienação “abrange as manifestações de estranhamento do homem da *natureza* e de *si mesmo*, por um lado, e as expressões desse processo na relação *ser humano-gênero humano* e *ser humano*, por outro” (MÉSZÁROS, 2016, p. 21, grifos do autor). O capitalismo, a divisão do trabalho e a propriedade privada fundam a exteriorização do trabalho e o estranhamento. “Na medida em que o trabalho estranhado rebaixa a atividade humana a mero *meio* de subsistência, a própria vida humana transforma-se em *meio* de efetivação da atividade estranhada”. (RANIERI, 2001, p. 62, grifos do autor). O estranhamento se manifesta no trabalho e na vida cotidiana, pois significa uma ruptura do ser individual com o ser social. É apenas na coletividade que o indivíduo pode se realizar plenamente e ser livre. Estranhamento está em oposição direta à emancipação humana.

além, pois a emancipação humana é algo mais complexo e requer reflexões mais radicais (no sentido de ir à raiz do problema).

Marx e Engels (1989) afirmavam que só poderia haver harmonia entre o *ser* e sua *essência* por meio de uma revolução concreta que superasse o capitalismo. A libertação dos homens, assim, é um ato histórico profundamente revolucionário, na medida em que propõe uma ruptura e uma superação, e não uma reforma.

Mas quais são, afinal, os problemas do capitalismo que nos motivam a sonhar com a utopia de sua supressão em defesa da emancipação humana?

O capitalismo é um sistema econômico, social, político e cultural que nasce com o declínio do feudalismo e se desenvolve entre os séculos XVIII e XIX, tendo se estabelecido com a Revolução Industrial na Europa. Desde então, tem-se conseguido aumento de produtividade com base não só na evolução de tecnologias, mas também por causa dos modos de organização do trabalho e gestão da força de trabalho. Sob o sistema de divisão do trabalho do século XIX e a imposição do ritmo acelerado das máquinas, os trabalhadores têm sido submetidos a controles rígidos dos tempos e movimentos. O padrão de acumulação taylorista-fordista⁴, típico do século XX, foi responsável por altas taxas de lucro dos empresários mediante a expropriação do *savoir-faire* dos trabalhadores, a separação entre execução e planejamento do trabalho, a disciplinarização da força de trabalho e da intensificação do trabalho pela tirania do cronômetro (HARVEY, 1993; ANTUNES, 1999; HELOANI, 2003; PINTO, 2010). Desde os anos 1930, o Estado passa a atuar cada vez mais a serviço do capital – o que hoje costumamos chamar de “mercado”. O neoliberalismo se transforma na “razão do capitalismo contemporâneo” (DARDOT; LAVAL, 2016).

Depois disso, a partir dos anos 1970, as crises do fordismo e do *welfare state* criam terreno fértil para o desenvolvimento de um novo modelo de acumulação, o modelo japonês ou toyotismo, erigido em torno da ideia de flexibilidade. A “acumulação flexível” se apoia na “flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo” (HARVEY, 1993, p. 140). Novas formas de contrato se desenvolvem: subcontratação, terceirização, tempo parcial, “pejotização” e, mais recentemente, contrato zero hora ou trabalho intermitente (aprovado no Brasil pela Lei 13.467/2017, chamada de Reforma Trabalhista).

Desde os anos 1980, há uma retração do poder de luta dos sindicatos. O neoliberalismo estrutura, com sua racionalidade, “não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17). O individualismo, a lei do “cada um por si” e a competitividade

4 “Um regime de acumulação ‘descreve a estabilização, por um longo período, da alocação do produto líquido entre consumo e acumulação; ele implica alguma correspondência entre a transformação tanto das condições de produção como das condições de reprodução dos assalariados’. Um sistema particular de acumulação pode existir porque ‘seu esquema de reprodução é coerente’.” (LIPIETZ, 1986 apud HARVEY, 1993, p. 117). Ver também: Rosa Luxemburgo, *A acumulação do capital*.

(agravada pelas metas a cumprir) são práticas correntes nas organizações, enquanto o discurso organizacional é de harmonia, autonomia, trabalho em equipe e colaboração (SIQUEIRA, 2009; BERNARDO, 2009). “O neoliberalismo pode ser definido como o conjunto de discursos, práticas e dispositivos que determinam um novo modo de governo dos homens segundo *o princípio universal da concorrência*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17, grifo meu).

A natureza do capital é expandir e acumular; trata-se de uma tendência histórica no capitalismo. Para isso, vem aperfeiçoando métodos de gestão dos recursos naturais, financeiros e humanos – não sem dor, sangue e resistências. O capitalismo é uma das formas de se fazer a *economia*, no sentido da origem da palavra, ou seja, *oikos nomos* (o conjunto das regras da casa). Economia é, em última instância, a forma de administrar ou reger os recursos disponíveis numa casa ou num ambiente, para equilibrar escassez e abundância. Dependendo do sistema hegemônico – quem tem o poder de estabelecer o *nomos* –, as regras podem ser mais ou menos democráticas e mais ou menos justas socialmente. No capitalismo, as “regras da casa” são elaboradas e controladas pelos donos do capital (banqueiros, latifundiários e grandes empresários), com o imprescindível suporte das estruturas políticas e jurídicas do Estado, obviamente. Como é de sua natureza acumular e expandir, os donos do capital precisam se reinventar sempre, driblando os limites impostos pela finitude dos recursos naturais e pelas resistências dos trabalhadores (HARVEY, 2011).

Marx (1989a, 1989b) foi assertivo quando, ao descobrir as contradições internas do capitalismo, percebeu como o trabalhador é aviltado e perde seu tempo de vida para, na condição reduzida de “mero meio de produção”, satisfazer os interesses de lucro do capitalista.

Fica desde logo claro que o trabalhador durante toda a sua existência nada mais é que força de trabalho, que *todo seu tempo disponível é, por natureza e por lei, tempo de trabalho a ser empregado no próprio aumento do capital*. Não tem qualquer sentido o tempo para a educação, para o desenvolvimento intelectual, para preencher funções sociais, para o convívio social, para o livre exercício das forças físicas e espirituais, para o descanso dominical mesmo no país dos santificadores de domingo. Mas em seu impulso cego, desmedido, em sua voracidade por trabalho excedente, viola o capital os limites extremos, físicos e morais, da jornada de trabalho. Usurpa o tempo que deve pertencer ao crescimento, ao desenvolvimento e à saúde do corpo. Rouba o tempo necessário para se respirar ar puro e absorver a luz do sol. Comprime o tempo destinado às refeições para incorporá-lo sempre que possível ao próprio processo de produção, fazendo o trabalhador ingerir os alimentos como a caldeira consome carvão, a maquinaria, graxa e óleo, enfim, como se fosse mero meio de produção. (MARX, 1989a, pp. 300-301, grifo meu.)⁵

⁵ Lembrei-me de uma entrevista com Benjamin Steinbruch, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) e diretor-presidente da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN). Ele diz, em defesa da Reforma Trabalhista no Brasil, do negociado sobre o legislado, que, “em benefício do empregado”, deve-se reduzir o horário de almoço de 1 hora para 15 minutos e diz: “Se você vai hoje numa empresa nos Estados Unidos, você vê o cara almoçando, comendo o sanduíche, com a mão esquerda e operando a máquina com a direita”. A gravação ocorreu em 25 set. 2014. Disponível em: <<https://youtu.be/Q4WyzCuWinE>>.

Podemos afirmar que a história do trabalho no capitalismo é a história da propriedade privada dos meios de produção, da inerente exploração da força de trabalho e do controle do tempo do trabalho, retirando a autonomia das pessoas e levando ao estranhamento. Os modelos de acumulação do capital e gestão do trabalho nos séculos XX e XXI são emblemáticos da precarização do mundo do trabalho – o que gera adoecimento, redução de solidariedade, dissolução dos coletivos, sofrimento, intensificação do trabalho, perda de direitos, imobilismo, desencantamento, senso de urgência e ansiedade, “quantofrenia”, entre tantas outras consequências (DEJOURS, 2000; DAL ROSSO, 2008; GAULEJAC, 2007).

Mas, se o trabalho aliena, o lazer tem o poder de desalienar? Se o trabalho é doença, o lazer é remédio? (PADILHA, 2003). No tempo livre, já que não há, por princípio, a obrigação de fazer algo, as pessoas não estariam sujeitas a uma lógica de existência heterônoma? Quando o trabalho oprime, desgasta, cansa, esgota física e mentalmente, expropria o “saber tácito” (HELOANI, 2003) e a *mais-valia*⁶, alguns momentos de lazer, esporte, massagem ou ioga (muitas vezes oferecidos na própria empresa a título de Qualidade de Vida no Trabalho) teriam o poder de mitigar ou apagar isso? (PADILHA, 2008; 2010). Numa abordagem funcionalista, o lazer compensaria o que se perde no trabalho, e isso basta. Numa abordagem crítica, não é tão simples assim, porque sabemos que o sujeito se aliena na esfera do trabalho e essa alienação se prolonga na esfera do tempo livre. O descanso pode ocorrer e é bom, evidentemente, mas é meramente utilitarista e fugaz, sem efeito a longo prazo do ponto de vista da conquista da liberdade, da autonomia e da emancipação.

O “PADRÃO DE EXISTÊNCIA” DO CAPITAL NO TEMPO LIVRE

O termo “tempo livre” é entendido como o tempo disponível em que as pessoas estão liberadas das atividades obrigatórias, que não são exercidas por opção, mas por necessidade, como o tempo de trabalho (remunerado ou não) ou de busca por trabalho, por exemplo. Nesse tempo liberado, as pessoas encontram-se relativamente livres para escolher o que fazer: atividades de lazer, de fruição de cultura, de prática de esporte ou de descanso, de turismo, ócio ou contemplação. Nesse sentido, tempo livre é um conceito genérico compreendido pela cultura (numa concepção ampla do termo), mas que compreende o lazer e o ócio. Assim, quando se usa a palavra “lazer”, pensa-se em ocupação do tempo livre com atividades culturais (no sentido restrito do termo), esportivas, recreativas e turísticas (PADILHA, 2004). A *liberação* das obrigações do trabalho ou do estudo se confunde com *liberdade* e cria uma aura de positividade para o tempo livre.

6 Não é possível, nos limites destas páginas, discorrer sobre a *mais-valia*. Recomendo que o(a) leitor(a) busque SANDRONI, Paulo, *O que é mais-valia*, São Paulo: Brasiliense, 1982. Coleção Primeiros Passos, n. 65. Sugiro também BOTTOMORE, Tom (ed.), *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1988/2012. Recomendo a leitura de MARX, Karl, *O Capital. Crítica da Economia Política*. Livro 1 – *O processo de produção do capital*. v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. Ver especialmente Parte Terceira e Parte Quarta.

No capitalismo, o homem se torna refém, sem perceber, de um círculo vicioso que leva a trabalhar para ter dinheiro porque quer consumir no tempo livre – de lazeres reificados a mercadorias das quais quase nunca se precisa de verdade (PADILHA, 2000; 2006). Aquelas “regras da casa” (*oikos nomos*) às quais me referi determinam como serão usados e distribuídos os recursos que se tem para viver: natureza, força de trabalho e tempo. Antes do capitalismo e depois dele, a economia foi e será a gestão dos recursos da casa. No capitalismo neoliberal, os donos do capital, de forma pouco democrática⁷, determinam o *nomos* e a distribuição e o uso dos recursos.

O tempo é um desses recursos: tempo de trabalho, tempo de estudo, tempo de lazer, tempo de ócio, tempo de descanso. Assim, interessa, para o processo de acumulação do capital e a reprodução da racionalidade neoliberal, que as 24 horas de cada dia sejam convertidas em valor que gera mais valor. O que realmente importa ao capital, como bem lembra Mészáros (1989), é que todas as coisas tenham valor de troca (para além do valor de uso). Nesse sentido, tudo passa a ter valor monetário, mudando a própria condição humana: o mercado “é o melhor produtor do sujeito esquizoide (...), um sujeito precário, acrítico e psicotizante” (DUFOR, 2005, p. 21). Os novos modos de subjetivação em tempos neoliberais mutilam a vida comum, no trabalho e fora dele (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 9).

Quando o capital compra o tempo de trabalho do assalariado, acaba também determinando o que seria seu oposto; o tempo livre se converte em tempo disponível para alimentar o mercado com o consumo de bens, serviços e valores. Quanto mais o Estado, que deveria se ocupar do bem comum, se submete aos interesses de acumulação do capital (neoliberalismo), menos atua nas esferas públicas (segurança, educação, saúde, lazer, cultura, esportes), deixando de prover recursos fundamentais para a satisfação das necessidades humanas e para o alcance da emancipação. Como não pode contar com o mercado para fazer isso de graça, pois nele reina o imperativo da lucratividade, o homem é levado a vender sua força de trabalho por dinheiro⁸. Como visto anteriormente, o mundo do trabalho não é exatamente um mundo de liberdade e autonomia, muito menos de emancipação – com raras exceções ou privilégios. No tempo livre, pouco muda, e o consumo é um argumento central nessa análise (PADILHA, 2006; 2018).

Se a esta altura pareço pessimista, cabe lembrar as sábias palavras de José Saramago quando escreveu: “(...) saberíamos muito mais das complexidades da vida se nos aplicássemos a estudar com afinco as suas contradições em vez de perdermos tanto tempo com as identidades e as coerências, que essas têm obrigação de explicar-se por si mesmas” (SARAMAGO, 2001, p. 26.).

Meios de produção e produtos (serviços inclusos) são convertidos em capital. Assim, visam satisfazer as necessidades de acumulação e expansão

7 “O sistema neoliberal está nos fazendo entrar na *era pós-democrática*” (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 8, grifo dos autores).

8 Salário é uma consequência imediata do trabalho estranhado (MARX, 1989b; MÉSZÁROS, 2016).

do capital, mais do que as necessidades humanas. Nesse sentido, concordo com Mészáros:

(...) “tempo disponível”, do ponto de vista do capital, é necessariamente percebido ou como algo a ser explorado no interesse da expansão do capital (desde a venda de ferramentas e materiais do tipo “faça-você-mesmo” à extrema comercialização de toda “atividade de lazer”, seja ela sexo, culto religioso ou arte), ou como vã “perda de tempo”, que como tal não pode ser explorada. É por isso que a tirania capitalista do *tempo mínimo* (autorizado na produção) unida à taxa de uso decrescente⁹ (na esfera de cada um deles, produção e consumo) tem de prevalecer sem obstáculos, até que o sistema como um todo desmorone sob o peso de suas próprias contradições. (1989, p. 39, grifo do autor.)

Para que o ciclo capitalista de produção e consumo continue ativo e veloz, é preciso que sejam ampliados os desejos e necessidades das pessoas, o que se faz com a fórmula do tripé publicidade + obsolescência programada + oferta de crédito (PADILHA, 2013; 2016). Aparentemente, todos ganham e vivem felizes para sempre. Como aparência e essência nem sempre coincidem, concordo com Adorno (1995, p. 70), quando diz que “nem em seu trabalho nem em sua consciência [as pessoas] dispõem de si mesmas com real liberdade. (...) o ‘tempo livre’ tende em direção contrária à de seu próprio conceito, tornando-se paródia deste. Nele se prolonga a não-liberdade (...)”. Também corroboro as provocantes reflexões de Fromm:

A atitude alienada com relação ao consumo não apenas existe em nosso modo de adquirir e consumir mercadorias, mas determina, além disso, o emprego do “tempo livre”. Que podemos esperar? *Se um homem trabalha sem verdadeira relação com o que está fazendo, se compra e consome mercadorias de um modo abstrato e alienado, como pode usar seu “tempo livre” de um modo ativo e significativo?* Continua sendo sempre o consumidor passivo e alienado. “Consome” partidas de futebol, filmes cinematográficos, jornais e revistas, livros, conferências, paisagens, reuniões sociais do mesmo modo alienado e abstratificado com que consome as mercadorias que compra. (...) *Na realidade, não é livre para gozar o “seu” tempo disponível; seu consumo das horas de lazer está determinado pela indústria, como acontece às mercadorias que compra; seu gosto é manipulado, quer ver e ouvir o que se lhe obriga a ver e ouvir; a diversão é uma indústria como qualquer outra, fazendo-se o consumidor comprar diversão assim como se lhe faz comprar roupa ou sapato.* (1963, p. 138, grifo meu.)

EM BUSCA DA EMANCIPAÇÃO HUMANA

Os tempos neoliberais são tempos sombrios que impõem egoísmo social, negação da solidariedade, movimentos reacionários, austeridade e fascismo. Por isso, também são tempos de resistências e lutas que tentam construir uma força contrária à racionalidade neoliberal apesar das ideologias

⁹ Taxa de uso decrescente significa que as coisas compradas (mercadorias e força de trabalho) devem ser descartadas com mais rapidez, para acelerar o ciclo de produção e consumo do capital. (MÉSZÁROS, 1989).

que obscurecem a capacidade crítica de ver a totalidade dos fenômenos. A utopia marxiana, que assumo como minha também, é a plena realização do indivíduo, sem a preponderância dos valores individualistas; a liberdade dos homens, sem o neoliberalismo; a utilização da força de trabalho para a produção de coisas úteis que atendam às necessidades humanas e não a exploração do trabalho para produzir mercadorias com a finalidade da apropriação privada do lucro. Nessa utopia, que não nega o porvir, é apenas numa coletividade não alienada que os homens poderão ser livres e fruir da “liberdade autêntica”. Será a coletividade que definirá o que é liberdade autêntica. No pensamento marxista, superar a propriedade privada por meio de uma profunda reorientação da luta pela existência é condição *sine qua non* para que ocorra a emancipação humana completa.

O ser emancipado é aquele capaz de “ser-por-si-mesmo”, de “andar com seus próprios pés” (MARX, 1989b, p. 179), de reconhecer as necessidades do outro como sendo as suas próprias. O sujeito emancipado é autônomo em relação às formas de dominação do capital. É um sujeito coletivo que só pode realizar-se plenamente na convivência com os outros. O ser emancipado é o ser verdadeiramente *rico* porque ele necessita da totalidade da manifestação humana para viver: a vida humana plena. O homem *rico*, nesse sentido, é aquele que somente se realiza quando todos estão realizados – o que não ocorre sob a lógica competitiva e individualista do capitalismo neoliberal.

No capitalismo, a capacidade de identificar as verdadeiras necessidades humanas é desviada da consciência, pois não se sabe mais diferenciar o necessário do desnecessário, as necessidades reais (naturais) das falsas (artificiais). No entanto, é preciso saber que, conforme o próprio Marx ensinou, não só as circunstâncias fazem o homem, ele também faz as circunstâncias. Somos criadores e criaturas da sociedade, da cultura. Na mesma linha, Lukács (1969, p. 40) afirmou que “o homem constrói os problemas a serem resolvidos e lhes dá resposta com base na sua realidade”. Somente os seres humanos salvarão os seres humanos das armadilhas que eles mesmos criaram; com o sistema “são criadas também as condições para a sua suplantação” (MÉZÁROS, 2016, p. 189).

Como bem argumentou Adorno (1978), não cabe a nós, intelectuais (também frutos da perversa divisão do trabalho que o capitalismo criou) dar conselhos ou resolver todos os problemas que denunciemos, da mesma forma que o pensamento não pode ser usado “apenas” para instrumentalizar a ação. Contudo, não basta termos consciência do estranhamento – dos efeitos perversos do neoliberalismo, da mais-valia, da submissão do valor de uso ao valor de troca – para que tudo isso deixe de existir. As teorias críticas ensinaram que não basta eliminar as contradições na teoria, pois é preciso conseguir resolvê-las na prática. Said resume brilhantemente o papel do intelectual na sociedade, com o qual me sinto solidária:

(...) ser alguém cuja função é levantar publicamente questões embaraçosas, confrontar ortodoxias e dogmas (mais do que produzi-los); isto é, alguém que não pode ser facilmente cooptado por governos ou corporações, e cuja *raison*

d'être é representar todas as pessoas e todos os problemas que são sistematicamente esquecidos ou varridos para debaixo do tapete. (...) *O que o intelectual menos deveria fazer é atuar para que seu público se sintam bem: o importante é causar embaraço, ser do contra e até mesmo desagradável.* (2005, pp. 26-27, grifo meu.)

No exercício constante de ir além das certezas fáceis e obscurecidas pelas ideologias, aos intelectuais cabe fazer boas perguntas, daquelas que já contêm parte da resposta. Concordo com Said (2005) em que se trata de um esforço permanente, inacabado e cheio de dilemas pessoais. Como fazer a crítica sem gerar imobilismo? O que fazer quando vemos o quanto a televisão, a publicidade, o shopping center, os pais e as escolas estão atuando intensamente na “arte de reduzir as cabeças” (DUFOR, 2005)? Diante da sociedade ultraliberal, como pensar em conquistar melhores condições de trabalho e, conseqüentemente, erigir coletivamente um “padrão de existência” mais emancipador para o tempo livre?

Todas as perguntas feitas neste ensaio parecem levar a um denominador comum: é utopia acreditar em mudanças radicais. Mas, como lembrou Fernando Birri, pela voz de Eduardo Galeano, a utopia serve para nos fazer caminhar e não desistir¹⁰. “Se um homem tem sede por causa de uma ferida na barriga não se lhe deve dar de beber, mas curar a ferida” (WEIL, 1996, p. 427). O desejo de ser radical é uma utopia necessária. Eu não tenho a menor dúvida de que, para mudar o mundo, precisaremos enterrar o capitalismo com sua roupagem neoliberal junto. As lutas sociais devem ser abrangentes e tratar política, economia e cultura de forma unívoca, incluindo a compreensão de que o Estado e o capital são duas faces da mesma moeda. Para isso, é urgente revisitar e atualizar o marxismo – apesar de todas as forças contrárias que pairam sobre nós –, lembrando que, para o marxismo, a utopia da emancipação humana é plenamente realizável, ainda que não seja agora.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADORNO, Theodor W. Tempo livre. In _____. *Palavras e sinais. Modelos críticos 2*. Petrópolis: Vozes, 1995.
- _____. Resignation. *Telos – Critical Theory of the Contemporary*, n. 35, 1978.
- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999.

10 “A utopia está lá no horizonte. Se eu caminho dez pasos, ela se afasta dez pasos. Quanto mais eu a procurar, menos vou encontrá-la, porque ela irá se afastando à medida que eu me aproximar. Boa pergunta ¿não é?, para que serve a utopia. É para isso que ela serve: para caminhar.” Eduardo Galeano citando o cineasta argentino Fernando Birri. Cf. < <https://youtu.be/9iqi1oaKvzs> >.

- BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERNARDO, Marcia Hespanhol. *Trabalho duro, discurso flexível: uma análise das contradições do Toyotismo a partir da vivência dos trabalhadores*. São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- DAL ROSSO, Sadi. *Mais trabalho! A intensidade do labor na sociedade contemporânea*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DE GRAZIA, Victoria. La Taylorisation des loisirs ouvriers: les institutions sociales de l'industrie dans l'Italie fasciste. *Recherches – Le soldat du travail*, Paris, n. 33-34, set. 1978. pp. 209-248
- DEJOURS, Christophe. *A banalização da injustiça social*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2000.
- DOBB, Maurice. *A evolução do capitalismo*. Rio de Janeiro: Nova Cultural, 1986.
- DUFOUR, Dany-Robert. *A arte de reduzir as cabeças. Sobre a nova servidão na sociedade ultraliberal*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2005.
- ENRIQUEZ, Eugène. O indivíduo preso na armadilha da estrutura estratégica. *Revista de Administração de Empresas*, v. 37, n. 1, jan./mar. 1997.
- FROMM, Erich. *Psicanálise da sociedade contemporânea*. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.
- GAULEJAC, Vincent de. *Gestão como doença social: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social*. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola, 1993.
- _____. *O enigma do capital e as crises do capitalismo*. São Paulo: Boitempo, 2011.
- HELOANI, Roberto. *Gestão e organização no capitalismo globalizado: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho*. São Paulo: Atlas, 2003.
- LUKÁCS, György; KOFLER, Leo. Segunda conversa: sociedade e indivíduo. In KOFLER, Leo; ABENDROTH, Wolfgang; HOLZ, Hans Heinz. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- MARX, Karl. *O Capital*. Livro 1, v. 1. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989 (a).
- _____. Trabalho alienado e superação positiva da auto-alienação humana. In FERNANDES, Florestan (org.). *Marx, Engels (História)*. São Paulo: Ática, 1989 (b).
- _____. *Sobre a questão judaica*. São Paulo: Boitempo, 2010.
- MÉSZÁROS, István. *Produção destrutiva e Estado capitalista*. São Paulo: Ensaio, 1989. Série Pequeno Formato V.
- _____. *A teoria da alienação em Marx*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- PADILHA, Valquíria. *Tempo livre e capitalismo: um par imperfeito*. Campinas: Alínea, 2000.

- _____. Se o trabalho é doença, o lazer é remédio?. In MÜLLER, Ademir; DACOSTA, Lamartine Pereira (org.). *Lazer e trabalho: um único ou múltiplos olhares?*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.
- _____. Tempo livre. In GOMES, Christiane L. (org.). *Dicionário crítico de lazer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- _____. *Shopping center: a catedral das mercadorias*. São Paulo: Boitempo, 2006.
- _____. Trabalho e Gestão de Pessoas: o que o lazer tem a ver com isso? In MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). *Lazer e sociedade: múltiplas relações*. Campinas: Alínea, 2008.
- _____. Qualidade de vida no trabalho num cenário de precarização: a panaceia delirante. *Trabalho, Educação e Saúde*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 3, pp. 549-563, nov. 2009/fev. 2010.
- _____. Desejar, comprar e descartar: da persuasão publicitária à obsolescência programada. *Ciência e Cultura.*, São Paulo, v. 68, n. 4, pp. 46-49, dez. 2016. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252016000400015&lng=en&nrm=iso>.
- _____. Os fios invisíveis do capital costuram trabalho, lazer e consumo. In SANTOS, Cleito Pereira dos; ALMEIDA, Felipe Mateus de (org.). *Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socio-culturais*. Curitiba: CRV, 2018.
- PADILHA, Valquíria; BONIFÁCIO, Renata M. Obsolescência planejada: armadilha silenciosa na sociedade de consumo. *Le Monde Diplomatique Brasil*, ed. 74, set. 2013.
- PINTO, Geraldo A. *A organização do trabalho no século 20: taylorismo, fordismo e toyotismo*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- RANIERI, Jesus. *A câmara escura*. Alienação e estranhamento em Marx. São Paulo: Boitempo, 2001.
- SAID, Edward W. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- SARAMAGO, José. *A caverna*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- SIQUEIRA, Marcus Vinícius Soares. *Gestão de pessoas e discurso organizacional*. Curitiba: Juruá, 2009.
- WEIL, Simone. *A condição operária e outros estudos sobre a opressão*. Seleção e apresentação de Ecléa Bosi. 2. ed. rev. São Paulo: Paz e Terra, 1996.